

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA
<p>ESOP - <a href="#">Associação de Empresas de Software Open Source Portuguesas</a></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Gerardo Lisboa</b> – Presidente</li> <li>➤ <b>Paulo Ribeiro</b> – Vice-Presidente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ José Pedro Ferreira (PS)</li> <li>➤ Pedro Coimbra (PS)</li> <li>➤ Carlos Eduardo Reis (PSD)</li> <li>➤ António Pedro Faria (PS)</li> <li>➤ Hugo Martins De Carvalho (PSD)</li> <li>➤ Carlos Guimarães Pinto (IL)</li> </ul>	<p>3 de maio de 2023</p> <p><a href="#">Gravação vídeo</a></p> <p><a href="#">Informação complementar</a></p>
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados	
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Senhor Presidente da ESOP, Gerardo Lisboa, começou por apresentar a ESOP, informando ter solicitado a realização da audiência à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação para que os Deputados pudessem ficar a par dos mais recentes desenvolvimentos e atualizações do setor das empresas de Software Open Source, para que, deste modo, possam legislar em consciência.</li> <li>➤ O Senhor Presidente recorreu a uma <a href="#">apresentação</a>, que distribuiu aos Senhores Deputados.</li> <li>➤ Referiu que a liberdade, partilha e transparência são os vetores da atividade de Open Source, sendo que todas as questões subjacentes à transmissão de dados têm situações <i>sui generis</i>, pelo que não podem ser apreciadas em abstrato.</li> <li>➤ Na tecnologia de Open Source, os benefícios vão além de simplesmente fornecer licenciamento livre para um serviço, sendo que grande parte do valor que o adquirente da tecnologia paga é,</li> </ul>	<p><b>Deputado Hugo Carvalho (PSD):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Após cumprimentar e agradecer aos presentes, afirmou que o Open Source é essencial, em especial, no setor da tecnologia.</li> <li>➤ Este é um mercado para empreendedores, para quem cria de novo, um mercado de normas abertas onde não existem garrotes.</li> <li>➤ Questionou se identificam as regras, nomeadamente, de contratação pública de software, que devem ser alteradas na legislação portuguesa.</li> <li>➤ Mais reiterou a importância de ter as empresas de Open Source a funcionar, bem como a necessidade de estimular este mercado, em que a concorrência livre existe e o mérito é valorizado.</li> <li>➤ Assinalou que Portugal é bom a exportar tecnologia e serviços, pelo que é essencial continuar a investir no Open Spurce.</li> </ul> <p><b>Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Após cumprimentar e agradecer aos presentes, colocou as seguintes questões:</li> </ul>	

## Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

<p>simplesmente, para injeção em salários e, por conseguinte, para injetar na economia.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Compilar projetos de software em Open Source permite criar comunidades que fomentam a comunicação e a colaboração entre elas, partilhando novas formas de criar programas.</li><li>➤ De referir que, <i>por software Open Source entende-se todo o programa informático cujo código fonte seja de acesso livre e universal e cuja licença ofereça cumulativamente, a todos sem exceção, as seguintes quatro liberdades:</i><ul style="list-style-type: none"><li>(i) <i>A liberdade de utilizar o programa para qualquer fim;</i></li><li>(ii) <i>A liberdade de estudar o funcionamento do programa e de o adaptar a novos problemas;</i></li><li>(iii) <i>A liberdade de distribuir o programa a terceiros;</i></li><li>(iv) <i>A liberdade de melhorar o programa e de tornar as modificações públicas, em benefício de toda a comunidade.</i></li></ul></li><li>➤ <i>A maioria dos projetos de software Open Source são geridos e desenvolvidos por comunidades heterogéneas de programadores, que não pertencem necessariamente à mesma organização, e distribuídas, trabalhando à distância muitas vezes a partir de diferentes regiões do globo.</i></li><li>➤ <i>As comunidades são vitais para os projetos Open Source e quanto mais ativa e alargada a comunidade, maiores probabilidades há de um projeto Open Source crescer e de oferecer melhores funcionalidades aos seus utilizadores.</i></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>(i) Que alterações legislativas consideram importantes para promover mais o software Open Source em Portugal?</li><li>(ii) Quanto é que o estado português poderia poupar se utilizasse mais este tipo de software, considerando que o estado gastou muito dinheiro em licenças.</li><li>(iii) É possível indicar países europeus que sejam vistos como sendo um bom exemplo a seguir em termos de legislação sobre a matéria aqui em discussão? Que países mais utilizam este tipo de tecnologia?</li></ul> <p><b>Deputado António Faria (PS):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Após cumprimentar e agradecer aos presentes, afirmou que este modelo de Open Software é aberto a todos os cidadãos, questionando se é necessária uma licença específica para a sua utilização.</li><li>➤ Afirmou que esta tecnologia pode trazer muitas mais valias para as empresas e municípios portugueses, especialmente tendo em conta o desafio de modernização administrativa.</li><li>➤ Mais questionou:<ul style="list-style-type: none"><li>(i) Os dados estão protegidos ao abrigo do RGPD?</li><li>(ii) Há algum constrangimento para que um projeto desenvolvido na Plataforma da ESOP possa ser utilizado por outros interessados?</li><li>(iii) Há já algum município a utilizar este tipo de tecnologia?</li></ul></li></ul>
<b>O que pretendem ver regulamentado</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ A entidade ouvida pretende alertar os Deputados da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação para os mais recentes desenvolvimentos e atualizações nos Softwares Open Source, para que, deste modo, possam legislar em consciência.</li></ul>	

### Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

- Consideram que a temática do Open Source tem estado fora do debate, tendo essa lacuna impactos negativos na economia. Além disso, a forma como as leis são articuladas pode bloquear toda a atividade económica, o que se pretende evitar.

#### Respostas às questões dos Deputados:

- **O Senhor Presidente Gerardo Lisboa** referiu que Portugal é já visto internacionalmente como um exemplo a seguir, na medida em que a nossa legislação interna já regula as tecnologias de Open Source, não obstante precisar de uma maior robustez e atualização.
- As tecnologias de Open Source devem poder concorrer em igualdade de oportunidades, havendo outras formas de aquisição desta tecnologia que não possam, exclusivamente, pela vertente financeira.
- Nestas tecnologias, a participação dos cidadãos é muito bem-vinda e é essencial ao desenvolvimento da própria tecnologia, devendo ser valorizada para efeitos de desenvolvimento futuro de algumas abordagens tecnológicas.
- Há um valor de alavancagem porquanto grande parte do dinheiro despendido pelo adquirente da tecnologia reverte a favor dos trabalhadores que desenvolvem e alimentam estas tecnologias, pelo que se torna difícil calcular quanto dinheiro o estado poderia ganhar/ poupar com a adoção destas tecnologias.
- Quanto aos exemplos de outros países europeus, a Estónia tem investido muito neste tipo de sistemas. Já o Governo alemão tem tido uma política de apoio ao desenvolvimento do Open Source, à semelhança do que se tem verificado como Governo francês.
- No plano nacional, Abrantes e Barcelos têm sido pioneiros no uso destas tecnologias
- A ESOP tem, desde 2011, o Prémio Abertura, que visa distinguir as entidades que se evidenciaram pela utilização e adoção de tecnologias Open Source ou que contribuíram para a sua divulgação e dinamização, sendo que, a grande maioria dos vencedores são empresas do setor público, como, nomeadamente, o caso do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, em 2022, e do IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, em 2018 e 2019.
- De seguida, pediu a palavra o **Senhor Vice-Presidente da ESOP, Paulo Ribeiro**, que, após agradecer a oportunidade de ser ouvido pela comissão, referiu calcular em cerca de 10 mil milhões de euros o contributo da Open Source para a economia europeia, mencionando que, em termos públicos, o fator de poupança é evidente, assim como o fator multiplicativo dos investimentos.
- Mais referiu que, nos últimos anos, Portugal parou no tempo quanto a esta matéria, pelo que a legislação está hoje desatualizada e descontextualizada, sendo necessário revê-la.

O Vice-Presidente da Comissão  
Deputado Pedro Coimbra (PS)